

Ministro defende criação de Tribunal de Contas do Mercosul

Augusto Nardes informa que TCU já realiza auditorias a respeito da implantação da biblioteca da Unila e do programa de combate à febre aftosa. Marisa Serrano propõe acompanhamento de investimentos do bloco

Moreira/Muriz/Senado Federal



Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul conversa no café da manhã; investimentos de recursos brasileiros já são acompanhados pelo TCU

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) já acompanham os investimentos feitos nos países do Mercosul com recursos dos contribuintes brasileiros. A informação foi prestada ontem pelo ministro Augusto Nardes à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), em Montevideu. Ele defendeu a criação de um tribunal de contas para o bloco. Nardes anunciou a conclusão, até outubro, de duas auditorias – sobre o combate à febre aftosa e a implantação da biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). O senador Aloizio Mercadante assumiu a presidência do Parlasul, que aprovou recomendação ao Irã contra a sentença de morte por apedrejamento de Sakineh Ashianti e saudou a retomada do diálogo entre Venezuela e Colômbia. **3**

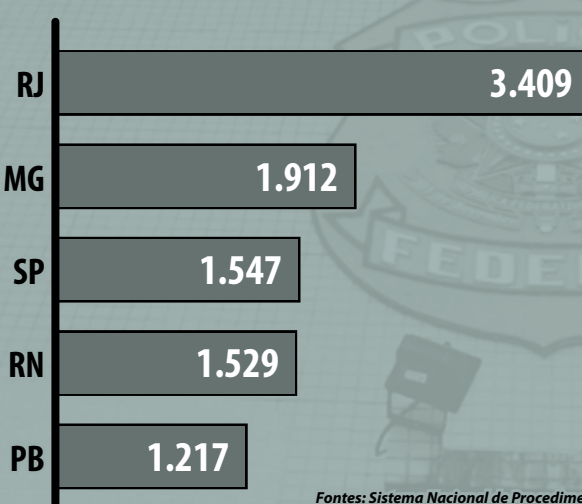
especial Cidadania

Compra de votos sob fiscalização

A prática do crime eleitoral da compra de votos ainda é bastante generalizada e aumentou nos últimos anos, conforme a Polícia Federal. No entanto, as eleições gerais deste ano podem ser também as mais fiscalizadas pelos próprios eleitores, que dispõem de novos instrumentos como a internet e a Lei da Ficha Limpa. **4**

Inquéritos abertos pela Polícia Federal

Maior número de ocorrências é de compra de votos e de cadastramento irregular de eleitores (de 2006 a 2009)



Fontes: Sistema Nacional de Procedimentos – Sinpro – e Sistema Nacional de Informações Criminais – Sinic

Comissões aprovam projetos que beneficiam trabalhadores

Cumprindo uma pauta extensa no esforço concentrado da semana passada, as comissões votaram proposta que proíbe discriminação

a devedores inadimplentes nas seleções de emprego e projeto que amplia dispensa do empregado em caso de morte de familiar. **2**

Castração de cães e gatos pode substituir sacrifício

Em parceria com a Secretaria de Pesquisa e Opinião, Agência Senado faz enquête aos internautas sobre projeto que permite a esteri-

lização de cães e gatos como forma de controle populacional desses animais. Emenda do Senado prevê vários métodos de castração. **2**

A proposta tramita na CCJ e determina que os recursos recolhidos sejam distribuídos entre os partidos e as coligações na mesma proporção do Fundo Partidário

Nova regra para doação eleitoral divide internautas

O PROJETO DE lei que proíbe doações eleitorais aos candidatos e cria um fundo para distribuição entre os partidos divide a opinião dos participantes da enquete da Agência Senado sobre o tema. Computados 2.802 votos de internautas no período de 1º a 31 de julho, 49,4% se declararam a favor da proposta, rejeitada por 50,6%.

O projeto (PLS 137/10), apresentado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), prevê o depósito das doações em conta especial aberta pelos tribunais regionais eleitorais (TREs) dos estados e do Distrito Federal.

Conforme a proposta, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os recursos dessa conta seriam distribuídos aos partidos e coligações partidárias na mesma proporção do Fundo Partidário. Mesquita Júnior explica que, aprovado o projeto, não mais haverá ligação direta entre



Geraldo Mesquita Júnior propõe que doações sejam reunidas numa única conta

os candidatos, os partidos e os doadores de campanhas.

O senador observa que sua proposta é uma alternativa ao sistema atual – que “subjuga a política aos interesses econômicos” – e ao financiamento público de campanha, rejeitado por 79,9% dos eleitores, de acordo com pesquisa do Instituto Senus. Mesquita Júnior nota que

as eleições no Brasil tornam-se cada vez mais caras e, como tal, sujeitas a influências tanto do poder econômico quanto do poder político concentrado nas mãos de seus eventuais detentores. Segundo ele, na eleição presidencial de 2002, o candidato vencedor despendeu, por dia de campanha, R\$ 298 mil, e o segundo colocado, R\$ 304 mil.

Senadores homenageiam Rede União

Os senadores homenageiam hoje em Plenário a Rede União de Rádio e Televisão. O requerimento foi feito pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Fundada em 1988, a TV União “é voltada para a transformação humana, com uma programação que promove a cultura, a informação e prioriza a juventude brasileira”, conforme o senador.

A sede da Rede União é em Fortaleza. Há também emissoras próprias em Brasília e em Rio Branco, e afiliadas em Natal, Mossoró (RN), São Luís e região oeste de São Paulo. Por assinatura e via satélite, a TV União pode ser vista em mais de 200 cidades nos estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins, além do Distrito Federal. Sua programação traz informação, jornalismo e entretenimento.

Enquete da Agência Senado quer saber sobre castração de cães

A enquete deste mês da Agência Senado, em parceria com a Secretaria de Pesquisa e Opinião da Casa, pede que os leitores opinem sobre o projeto que permite a esterilização de cães e gatos como forma de controle populacional desses animais (PLC 4/05).

A proposta, que foi aprovada pelo Senado na quarta-feira passada, retornou à Câmara dos Deputados, onde já havia sido aprovada, porque sofreu modificação no Senado.

O projeto original estabelecia que o controle populacional se faria pela “esterilização cirúrgica” (castração). Emenda aprovada pelo Senado exclui a palavra “cirúrgica”, permitindo assim que sejam usados outros métodos, como a castração química. A emenda é do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Fim das “carrocinhas”

O projeto original foi apresentado em 2005 pelo deputado Affonso Camargo (PSDB-PR) com a finalidade de acabar com a prática dos municí-



Emenda de Zambiasi prevê que sejam utilizados métodos além do cirúrgico

pios de sacrificar cães e gatos apreendidos pelas conhecidas “carrocinhas”.

Affonso Camargo argumenta que esse método vem sendo abandonado no mundo e substituído pela esterilização dos animais, o que garante o controle populacional. Na avaliação de Camargo, a política nacional de controle da natalidade, inclusive com campanhas educativas, reduzirá o número de animais de rua.

Esforço concentrado mostra resultados nas comissões

Durante o esforço concentrado da semana passada, as comissões permanentes do Senado aprovaram um total de 134 matérias, sendo 56 projetos de lei, 42 decretos legislativos, 15 requerimentos, dois anteprojetos, dez mensagens e nove ofícios.

Entre as decisões mais importantes, estão as aprovações, em caráter terminativo, da proibição de discriminar devedores inadimplentes nas seleções de emprego (PLS 465/09), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); e da impossibilidade de o casamento com a vítima livrar o agressor sexual da pena (PLS 516/09), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também foi aprovado, na CAS, emenda a projeto (PLC 187/09) estabelecendo a obrigatoriedade de fornecimento de alimentação especial aos alunos de escolas públicas portadores de diabetes, hipertensão e anemia. O substitutivo será submetido agora a turno suplementar de votação.

Presos

Os senadores trataram da reinserção social de ex-presos em três projetos em duas comissões distintas. A CCJ aprovou substitutivo ao PLS 265/06, prevendo que os presos terão um dia remido na pena para cada 12 horas de estudo. Além disso, foi aprovado, em caráter terminati-

vo, o PLS 461/07, que prevê que a assistência educacional passe a ser oferecida tão logo os presos ingressem no estabelecimento penal.

A CAS aprovou o PLS 70/10, que dá às empresas que empregarem egressos do sistema prisional isenção de encargos sociais incidentes sobre a remuneração desses trabalhadores, nos dois primeiros anos de contrato. O projeto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Trabalho

Também na CAS, foram aprovadas, em caráter terminativo, a concessão de aposentadoria por idade aos repentistas e cordelistas (PLS 417/09) e a ampliação para cinco dias da dispensa do empregado em caso de morte de familiar ou dependente (PLS 347/04).

A CCJ aprovou, em caráter terminativo, projetos criando 6.804 vagas a serem ocupadas por servidores efetivos no Ministério Público da União (MPU) – PLS 86/10 – e cem na Agência Nacional do Cinema (Ancine) – PLC 33/10.

Foram aprovados ainda, na CAE, empréstimos contraídos por cidades, estados e concessionárias de serviços públicos com bancos internacionais para financiamento de programas de desenvolvimento. Somando US\$ 8,2 bilhões, os empréstimos ainda serão votados de novo no Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem à TV União

14h Os senadores homenageiam, na hora do expediente, a Rede União de Rádio e Televisão (TV União). O Plenário realiza sessão não deliberativa. Como não serão votados projetos, a reunião destina-se a discursos dos senadores.



SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

A proposta é de Augusto Nardes, ministro do Tribunal de Contas da União que participou ontem de reunião da Representação Brasileira no Parlasul

Inspirado na União Europeia, Mercosul pode ter tribunal de contas

OS INVESTIMENTOS FEITOS nos países do Mercosul com recursos dos contribuintes brasileiros já começaram a ser acompanhados por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo anunciou ontem o ministro Augusto Nardes aos integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), em Montevideu, no Uruguai. Ele defendeu a proposta de criação de um tribunal de contas para o bloco, inspirado no modelo europeu.

Segundo Nardes, que esteve na reunião a convite do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), serão concluídas até outubro as duas primeiras auditorias realizadas por iniciativa do TCU a respeito dos programas de combate à febre aftosa e da implantação da biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR). Ambos com recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Os resultados das duas auditorias serão encaminhados ao Parlasul.

– O Tribunal de Contas do Mercosul seria nos moldes do Tribunal de Contas da União Europeia, que foi criado antes do próprio Parlamento Europeu. A população quer saber se os recursos empregados no Mercosul estão sendo bem utilizados – disse Nardes.

Apenas durante a última reunião de cúpula do Mercosul, na cidade argentina

de San Juan, no início de agosto, foram aprovados projetos nos quatro países do bloco no valor total de US\$ 793,9 milhões, dos quais US\$ 587,6 milhões com recursos do Focem. O principal projeto aprovado é o de construção de uma linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Itaipu até Assunção, capital do Paraguai, para a qual o fundo destinará US\$ 400 milhões. A interconexão elétrica entre o Uruguai e o Brasil, por sua vez, receberá US\$ 83,1 milhões do Focem.

O Brasil contribui com 70% do Focem. A iniciativa do TCU de acompanhar a utilização do dinheiro dos contribuintes brasileiros pode ser vista como um primeiro passo para o controle sobre a utilização dos recursos do fundo. O segundo passo, na opinião do ministro, poderá ser a implantação do Tribunal de Contas do Mercosul.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) já apresentou ao Parlasul projeto de resolução que determina o acompanhamento dos investimentos feitos com recursos do Focem e de outros fundos que já foram ou venham a ser criados pelo bloco.

– Tem que haver garantia de fiscalização e acompanhamento desses gastos, e daí nasce a ideia de se criar uma organização dos quatro países com esse objetivo. O Mercosul só vai se consolidar quando tiver um parlamento e um tribunal de contas efetivos – afirmou.

Moreira Matiz/Senado Federal



Aloizio Mercadante (C) convida os integrantes do bloco a estabelecerem uma agenda conjunta

Mercadante assume presidência do Parlasul e critica “mercocéticos”

Ao tomar posse ontem, em Montevideu, como presidente do Parlamento do Mercosul, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) criticou os chamados “mercocéticos” e fez uma ampla defesa da integração regional. Ele propôs o estabelecimento, pelo parlamento, de uma agenda de temas importantes “a ser discutida em profundidade com as sociedades do bloco e transformada em propostas concretas de normas e de harmonização de legislações”.

Mercadante admitiu, “com preocupação”, que, nos seus primeiros três anos de existência, o Parlasul não explorou suas novas funções como poderia.

– Precisamos ultrapassar com urgência

essa fase inicial do Parlamento, sob pena de desperdiçarmos o potencial desse órgão legislativo e convertê-lo em instituição de pouca relevância – sugeriu.

O senador criticou os “mercocéticos” por defenderem, atualmente, uma flexibilização do bloco regional, para que ele se limite a uma área de livre comércio – e não seja mais uma união aduaneira, “ainda que imperfeita e incompleta”. Caso prevalecesse a tese dos críticos, alertou, o Mercosul passaria a ser uma espécie de área de livre comércio do sul, e todas as instituições e todos os acordos firmados até agora teriam de ser revistos. O próprio Parlasul, observou, “perderia inteiramente a sua razão de ser”.

Retomada de diálogo entre Colômbia e Venezuela tem apoio do órgão

O Parlasul expressou ontem sua “imensa satisfação” com a disposição ao diálogo demonstrada pelos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Colômbia, Juan Manuel Santos. Manifestou ainda que a normalização da relação entre os dois países “é de fundamental importância para a América do Sul e para o processo de integração regional”.

O texto aprovado foi o de um projeto de declaração apresentado pelos parlamentares brasileiros Aloizio Mercadante (PT-SP) e Dr. Rosinha (PT-PR), além do parlamentar paraguaio Eric Salum. Por meio do texto, os integrantes do Parlasul também manifestam sua esperança de que seja encontrada uma solução política para o “longo conflito interno colombiano, que gera instabilidade na Colômbia e em seus vizinhos”.

Chávez chegou a romper relações com a Colômbia, depois que o ex-presidente colombiano Álvaro Uribe denunciou a existência, em território venezuelano, de bases de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). A posse de Santos gerou expectativas de normalização das relações bilaterais.

– Saudamos a disposição do novo governo colombiano de restabelecer o

diálogo. O governo venezuelano também sinalizou com a mesma disposição. Mais importante ainda, o novo governo colombiano se mostrou disposto a retomar as negociações com as Farc, desde que elas abdicuem da violência como forma de luta. É o que nós gostaríamos que acontecesse; que houvesse um novo entendimento e que a Colômbia caminhe na direção dos outros países da região, um caminho de paz – afirmou Mercadante.

Acordo

Também foi aprovada pelo Parlasul proposta de declaração da “mais absoluta satisfação” pela solução encontrada pelos governos da Argentina e do Uruguai para o conflito que envolveu os dois países após a instalação, no Uruguai, de uma indústria de celulose. Os argentinos ressaltaram, desde o início da implantação da usina, o risco de poluição das águas da bacia do Prata.

O acordo estabelece o monitoramento conjunto, por cientistas dos dois países, do rio Uruguai e de “todos os estabelecimentos industriais, agrícolas e centros urbanos” que despejem seus dejetos no próprio rio e na sua área de influência.

Manifesto pede ao Irã que reveja condenação de mulher à morte

O Parlamento do Mercosul externou ontem indignação com a sentença à morte, por apedrejamento, da iraniana Sakineh Ashianti. Por meio de projeto de declaração apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), aprovado por unanimidade, os parlamentares do bloco comercial pedem à Justiça do Irã que reveja a sentença, por não contribuir, segundo o documento, para que a República do Irã “se integre à comunidade internacional”.

A condenação à morte, de acordo com a declaração, “afronta de modo absolutamente inaceitável os direitos humanos fundamentais, particularmente os relativos às mulheres”. Os representantes dos países do bloco manifestaram ainda a disposição dos estados partes do Mercosul de receberem Sakineh como refugiada, por motivos humanitários, “se ela assim o desejar”.

Ao defender a proposta, os dois par-

lamentares observaram que a morte por apedrejamento, embora conste da lei islâmica milenar, a Xariá, já foi abolida na grande maioria dos países muçulmanos, por ser considerada “uma forma extremamente cruel e bárbara de execução”. Além disso, recordaram, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”.

Ao apoiar a proposta, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) observou que o Parlasul não poderia deixar de se manifestar sobre a condenação. Ela recordou que ambientalistas demonstram em diversos países sua oposição ao extermínio de animais, como as baleias. Da mesma forma, comparou, é repelir qualquer tratamento “desumano e cruel” aos seres humanos.

Também a favor da proposta, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que muitas mulheres ocidentais “ainda sofrem com a força do machismo”.

Parlasul aprova novo calendário de reuniões

Conforme o novo calendário aprovado pelo Parlasul, os parlamentares do bloco comercial voltarão a se reunir este ano nos dias 13 de setembro, 18 de outubro, 22 de novembro e 13 de dezembro. A última data poderá ser alterada para que coincida com a reunião de cúpula que marcará a conclusão da presidência brasileira do Mercosul.

Foi também aprovada proposta

de acordo de cooperação entre o Parlasul e o Conselho Consultivo da Sociedade Civil Argentina, com o objetivo de estimular a participação de movimentos sociais argentinos nos debates do parlamento.

Da mesma forma, recebeu aprovação proposta que declara de interesse regional a realização das jornadas internacionais Dez Dias da Democracia Global na Argentina.

A compra de votos ainda é um dos crimes eleitorais mais praticados no Brasil, mas a cada pleito aumentam os recursos para evitá-lo

Eleições cada vez mais fiscalizadas pelo cidadão

AS ELEIÇÕES GERAIS deste ano devem dar margem, como sempre, à prática de compra de votos, que ocorre principalmente às vésperas do pleito. Mas dessa vez o cidadão terá mais instrumentos para fiscalizar partidos e candidatos.

Ao lado da Justiça Eleitoral e de uma verdadeira legião de policiais federais, o eleitor tem sido cada vez mais pro-

tagonista nesse processo, e a presença da internet no dia a dia da campanha deverá ser marcante.

Desde 2000, quando movimentos organizados propuseram uma legislação para proibir a compra de votos, os cidadãos também passaram a fiscalizar as campanhas eleitorais, tarefa que acaba de ganhar a Lei da Ficha Limpa

como nova aliada. Este *Especial Cidadania* mostra como o cidadão pode ajudar a evitar a compra de votos.

O Senado também se prepara para o combate às infrações eleitorais. Está pronto para ser incluído na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto que tipifica como crime a prática de caixa dois nas campanhas. Proposto pelo Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) em função do aumento das denúncias de uso de recursos não contabilizados, o projeto (PLS 389/05) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) recebeu um texto alternativo do senador Demostenes Torres (DEM-GO).

A pena para quem movimentar ou manter dinheiro não declarado varia de dois a oito anos de reclusão, multa e perda

de valor – agravada em até um terço se os recursos forem provenientes de atividade ilícita.

Demostenes informou ontem ao *Jornal do Senado* que poderá colocar o substitutivo em votação na CCJ ainda em setembro. Ele lembrou que a prática de caixa dois já pode gerar a inelegibilidade do candidato com a aplicação da Lei da Ficha Limpa.

Ajuda de eleitor combate a compra de voto

A compra de votos geralmente ocorre às vésperas das eleições. E ainda é uma prática generalizada no país. Segundo o delegado Paulo Eduardo Aguilar Silva, chefe da Divisão de Assuntos Sociais e Políticos da Polícia Federal, não há como apontar com precisão as localidades que concentram a captação ilícita de sufrágio, que é a definição do crime eleitoral mais frequente na disputa pelos votos.

A Polícia Federal (PF) possui um mapeamento, usado para o seu planejamento interno, das ações realizadas nas eleições passadas. Ele indica os locais onde há maior probabilidade de que isso venha a se repetir no pleito deste ano, conforme informações de Aguilar, cuja divisão responde pela apuração dos crimes eleitorais. Mas o mais importante é a ajuda que o eleitor poderá dar para coibir esse ilícito.

Na avaliação de Aguilar, a sociedade brasileira está mais consciente de que seu voto tem mais valor que uma benesse. Entidades como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) estão desempenhando importante papel no auxílio ao trabalho da polícia e da Justiça Eleitoral. Por força da Constituição e da Resolução 23.222/10, do Tribunal Superior Eleitoral, lembra o delegado, quem tem a atribuição de apurar os crimes eleitorais é a PF. Mas como não há efetivo em todos os municípios, as polícias civis estaduais atuam supletivamente.

A orientação para 2010, ressalta Aguilar, é dar celeridade aos inquéritos policiais com qualidade de prova. Para isso, a ajuda do eleitor é fundamental. Um primeiro passo é evitar o anonimato, como determina o Ministério Público Eleitoral (MPE) (veja a última edição do *Especial Cidadania*). Depois o eleitor deve buscar fundamentar suas denúncias, por exemplo, com documentos, fotos, filmagem e gravação de áudio, se for evento público. Aguilar afirma que a PF não vai se basear apenas em prova testemunhal. “Muitas vezes a denúncia é feita de forma vaga por telefone ou pela internet, o que prejudica o início das investigações”, alerta.

O eleitor não deve esquecer que nos crimes eleitorais a PF só pode instaurar imediata-

mente o inquérito nos casos de flagrante delito, como surpreender um candidato doando cestas básicas em troca de voto. Nas demais hipóteses, explica Aguilar, é necessário haver requisição do juiz eleitoral e do MPE.

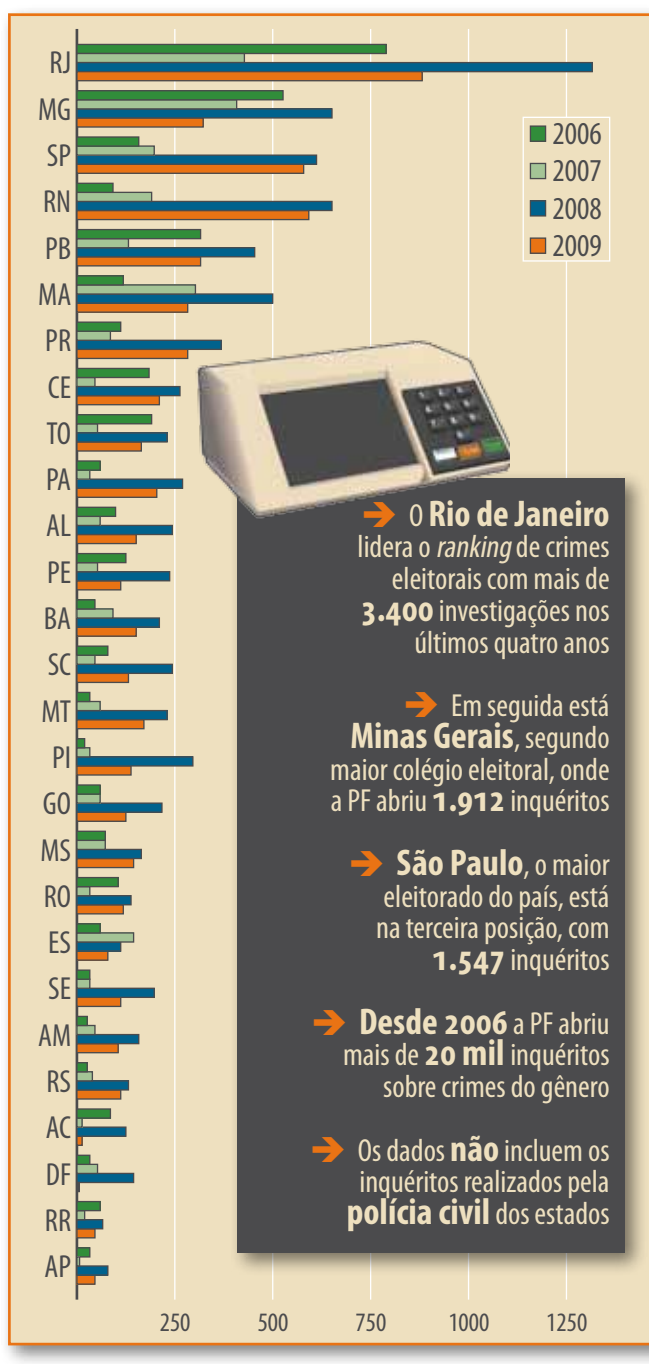
As denúncias podem ser feitas por telefone ou pessoalmente nas delegacias e superintendências da PF, cujos endereços podem ser encontrados na página www.dpf.gov.br, no menu à esquerda, sob o título PF pelo Brasil, ou acessando o Fale Conosco, localizado no alto da página. Aguilar lembra que nesse período as ocorrências eleitorais têm prioridade.



Paulo Aguilar: sociedade está mais consciente da importância do voto

Inquéritos instaurados pela PF

Os crimes eleitorais mais frequentes são a compra de votos e o cadastramento irregular de eleitores



→ O Rio de Janeiro lidera o ranking de crimes eleitorais com mais de 3.400 investigações nos últimos quatro anos

→ Em seguida está Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral, onde a PF abriu 1.912 inquéritos

→ São Paulo, o maior eleitorado do país, está na terceira posição, com 1.547 inquéritos

→ Desde 2006 a PF abriu mais de 20 mil inquéritos sobre crimes do gênero

→ Os dados não incluem os inquéritos realizados pela polícia civil dos estados

Fontes: Sistema Nacional de Procedimentos – Sinpro – e Sistema Nacional de Informações Criminais – Sinic

Mobilização social deve fazer a diferença na fiscalização

As eleições deste ano prometem ser mais fiscalizadas que as anteriores. Crimes eleitorais como a compra de votos devem vir a público com mais facilidade. E isso não vai depender tanto do aparato policial ou de regras eleitorais mais rígidas, mas será resultado da maior atuação de uma parcela do eleitorado que tem acesso à internet e reserva um espaço na sua rotina diária para pressionar por mudanças, conforme avaliação do presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais

(Abramppe), Márlon Reis.

Esse novo fiscal geralmente participa de algum movimento cívico e não está filiado a nenhum partido político, acrescenta Reis. Não lota as galerias do Congresso. Mas aciona os parlamentares por e-mail, blog ou Twitter.

Apesar de parcela da população ainda aceitar a compra de voto, as denúncias sobre essa prática ilícita devem aumentar com a maior participação das redes sociais. Um dos exemplos disso, segundo Reis, é a expansão dos comitês do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Iniciativa histórica foi aprovada em tempo recorde

Publicada no *Diário Oficial* em 29 de setembro de 1999, na véspera da data-limite para que pudesse vigorar nas eleições de 2000, a Lei 9.840, que tipificou a compra de voto, é considerada o grande marco da mobilização popular contra a corrupção eleitoral no país. A ideia nasceu em 1966, durante

1.039.175) abarrotaram o Salão Verde da Câmara para entregar o texto do primeiro projeto de lei de iniciativa popular desde a Constituição de 1988, o país vivenciou uma mobilização sem precedentes.

No entanto, a validação das assinaturas inviabilizaria que o projeto valesse para o pleito

a campanha “Fraternidade e Política”, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quando a Comissão Brasileira Justiça e Paz concluiu que era preciso mudar a lei para dar mais eficácia à ação da Justiça Eleitoral e o melhor caminho era um projeto de iniciativa popular.

Entre fevereiro de 1997 e 10 de agosto de 1999, quando carrinhos carregados com folhas de assinaturas de 952.314 eleitores (elevadas depois para

de 2000. Com o apoio de todos os partidos, ele foi assumido como de iniciativa parlamentar e tramitou na Câmara de 18 de agosto a 21 de outubro de 1999.

Uma hora depois de ser aprovado pelos deputados, às 14h, o projeto era lido no Senado e encaminhado à CCJ. Os senadores aprovaram o texto em tempo recorde. No dia 23 de setembro foi submetido ao Plenário e enviado à sanção. Cinco dias depois, obteve a sanção presidencial.

“Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de 1 mil a 50 mil Ufrs, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar 64/90.”

Artigo 41-A

Saiba mais

Polícia Federal
www.dpf.gov.br

Procuradoria-Geral Eleitoral
www.eleitoral.mpf.gov.br

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
www.mcce.org.br

Tribunal Superior Eleitoral
www.tse.gov.br/internet/index.html